

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha.// circecunha.df@dabr.com.br



A cruz esquecida e as lições da Europa

Há países que se tornam laboratórios involuntários da história. A França de hoje, com suas escolas sem crucifixos, seus debates intermináveis sobre véu e burquíni e bairros inteiros onde o francês do dia a dia convive com o árabe das mesquitas e o pregão dos muezins é um desses laboratórios. Não porque tenha sido “invadida” por um exército, mas porque, ao longo de décadas, abriu mão de afirmar com clareza aquilo que a constituía como nação, ou seja, sua herança greco-romana, judaico-cristã e iluminista, e isso obviamente deixou um vácuo que, como todo vácuo civilizacional, não permaneceu vazio, sendo imediatamente ocupado.

A laicidade francesa, nascida da separação entre Igreja e Estado em 1905, foi concebida como neutralidade: o Estado não professa nenhuma fé, mas também não combate nenhuma. Na prática recente, porém, essa neutralidade se transformou, em muitos espaços públicos, em apagamento ativo dos símbolos cristãos, em que as cruzes foram retiradas de repartições, presépios contestados na Justiça, calendário escolar cada vez mais desvinculado de suas raízes cristãs. O paradoxo é cruel: o mesmo país que se orgulha de ter decapitado reis em nome da razão, hesita, décadas depois, em nomear com igual firmeza os limites que pretende impor a costumes importados, incluindo interpretações da sharia que disputam, em bairros inteiros, a primazia sobre o direito civil francês. A cultura é como a natureza: abomina o vácuo.

Quando uma sociedade permite deixar de transmitir às novas gerações sua própria memória religiosa e cívica, ela não fica “neutra”: fica disponível. E o que ocupa o espaço disponível não é escolhido por decreto, mas pela vitalidade de quem ainda crê, ainda batiza os filhos, ainda organiza a vida cotidiana em torno de uma fé praticada.

A França tem hoje a maior comunidade muçulmana da Europa Ocidental em números absolutos, cerca de 5,7 milhões de pessoas, segundo o Pew Research Center, mais que a soma dos muçulmanos de países como Catar e Bahrein. É uma comunidade heterogênea, majoritariamente integrada e distante dos estereótipos que a imprensa sensacionalista explora; mas é, também, em certos bairros de Paris, Marselha ou Roubaix, uma presença numericamente dominante, com as próprias regras informais de convivência, enquanto os templos cristãos ao redor esvaziam e, não raro, são vendidos e convertidos a outros usos.

Quem caminha por certas ruas de Saint-Denis ou do 18º arrondores de Paris relata a sensação de estar em outro país, não por preconceito, mas porque a paisagem humana, comercial e religiosa de fato mudou. Isso não é, como às vezes se afirma com exagero retórico, uma “tomada de território” orquestrada; é o resultado, mais prosaico e mais preocupante, de décadas de imigração pouco planejada somadas ao recuo silencioso da prática cristã entre os próprios franceses.

Esse deslocamento demográfico caminha lado a lado com um deslocamento simbólico. Escolas que antes marcavam o calendário letivo pelo Natal e pela Páscoa hoje evitam até menções explícitas a essas datas em nome da neutralidade; hospitais e prefeituras retiram crucifixos que estavam pendurados havia gerações; e, na direção oposta, cresce a demanda por refeitórios com opções halal, por horários de oração respeitados em ambientes de trabalho e por interpretações informais de normas de conduta baseadas na Sharia, em bairros onde o Estado francês, na prática, mal se faz presente.

Afinal de contas, a quem interessa essa discussão? Por que nós, brasileiros, precisamos ficar atentos? O Brasil, herdeiro da mesma matriz greco-romana e judaico-cristã, vive o próprio processo de afastamento das tradições que historicamente deram coesão à nação: queda na frequência às igrejas entre os jovens, disputas judiciais sobre símbolos religiosos em espaços públicos e um discurso público que, muitas vezes, trata a preservação de valores como sinônimo de atraso.

Advogar por Sharia em solo brasileiro ainda soa distante, mas a lição francesa não é sobre Sharia especificamente, é sobre o que acontece quando uma civilização deixa de acreditar em si mesma. Defender a herança cultural do Ocidente não é, como pretendem seus críticos, uma forma de xenofobia. É reconhecer, com dados e sem eufemismos, que nenhuma sociedade sobrevive a longo prazo esvaziada de sentido próprio. Se a França de hoje serve de alerta, que sirva também de convite: cultivar as próprias raízes, a família, a cruz, mas também a ética cívica e o legado republicano que dela derivam antes que o vácuo, mais uma vez, seja preenchido por quem tem mais fé e vontade do que nós.

A frase que foi pronunciada:

“Aqueles que, diante do Islã, refletem sobre a própria fé dificilmente alcançam uma compreensão abrangente da outra religião como um mundo independente. Trata-se meramente de uma contra-imagem. Modelos muito diferentes.”

Hans Zirker

História de Brasília

Pontes de Miranda, o acatado constitucionalista, comentando o art. 130 da Constituição, ensina que desde que “o brasileiro dê ensino a que o Estado estrangeiro o considere seu nacional, há perda da nacionalidade brasileira.” (Publicada em 25/5/1962)

Suprema responsabilidade



» MÁRCIO SANTILLI
Presidente do Instituto Socioambiental (ISA), foi presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai, 1995-1996) e deputado federal pelo MDB-SP

Neste agosto, estão agendados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) três julgamentos de fundamental importância para os direitos indígenas e o direito de todos ao meio ambiente sadio. Essas decisões terão forte repercussão, não apenas no âmbito judicial, mas também nas campanhas eleitorais, em processos legislativos e nas políticas de Estado.

Está previsto para esta quarta (12/8) o julgamento sobre a constitucionalidade da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, fruto do famigerado “PL da Devastação”, aprovado pelo Congresso, em 2025, em flagrante desrespeito à opinião pública e à ciência. A lei desmontou o sistema existente até então, tornando o licenciamento algo meramente declaratório e protocolar na maioria dos casos.

O presidente da República vetou 63 dispositivos da lei, mas 56 foram derrubados pelo Congresso. A saúde ambiental do povo, inclusive das populações mais vulneráveis, agora está nas mãos dos ministros do STF. Manter a lei como está vai significar o aumento (previsível) dos danos evitáveis de obras e atividades econômicas.

O Brasil precisa melhorar, e não piorar, o padrão de implementação de empreendimentos econômicos. Não é admissível que se repitam desastres mortíferos, como os de Mariana e Brumadinho (MG), ou

a devastação de extensas áreas na Amazônia.

Os ministros também poderão se manifestar, na quinta (13/8), sobre a liminar do ministro Flávio Dino dada no âmbito da ação apresentada por associações do povo indígena Cinta Larga (MT-RO), que pedem a anulação de autorizações para mineração em seus territórios.

Na liminar, Dino reconheceu o direito de preferência dos indígenas para a exploração mineral e fixou condições provisórias para que possa ocorrer, mesmo antes de o Congresso aprovar uma lei para regulamentá-la. Entre as condições, estão a consulta prévia às comunidades afetadas e a autorização do Congresso, que tem a competência constitucional exclusiva para isso.

Porém, a liminar desconsidera as condições de governança, o investimento e o apoio técnico necessários para comercializar a produção. Sem isso, a mineração indígena corre o risco de depender das redes criminosas, predatórias e violentas que dominam o garimpo na região.

Por outro lado, a liminar exagera nas exigências para os indígenas acessarem os recursos oriundos da mineração, incluindo a autorização de colegiado com presença governamental. A intenção provável é evitar a apropriação indevida dos recursos por poucas pessoas, mas tais exigências complicariam sua gestão pelos indígenas. Também é questionável o eventual uso desses recursos para custear políticas do Estado, como de segurança e saúde.

Dino e os demais ministros do STF deveriam ir mais devagar com esse andar, pois o santo é de barro. A passagem do garimpo predatório para um empreendimento indígena sustentável exige bem mais do que o reconhecimento do direito de preferência dos indígenas. A demora do Congresso em regulamentar a mineração nesses territórios não deve ensejar atalhos de risco, que



Quando os jovens permanecem, o Brasil avança



» ALICE SCARTEZINI
Antropóloga e coordenadora do Instituto CNP Brasil

Inspirada pelas ciências sociais, venho fazendo a mim mesma uma pergunta que o Brasil ainda faz pouco: qual é o ativo mais importante para o desenvolvimento de um país?

Costumamos responder olhando para infraestrutura, tecnologia, inovação ou ambiente de negócios. Todos são fundamentais. Mas, ao longo da minha trajetória trabalhando lado a lado com jovens de diferentes realidades brasileiras, compreendi que nenhum deles produz resultados duradouros sem pessoas preparadas para transformar potencial em desenvolvimento.

Foi observando essas jornadas de vida que descobri algo que os números, sozinhos, não conseguem revelar: quando um jovem encontra condições para desenvolver seus talentos, o impacto vai muito além da sua própria história. Ele fortalece famílias, impulsiona comunidades e amplia a capacidade de crescimento de toda a sociedade.

Talvez por isso eu acredite que ainda tratamos as políticas voltadas às juventudes como uma agenda predominantemente social. Elas certamente cumprem esse papel. Mas são também uma estratégia de desenvolvimento econômico. Afinal, nenhum país aumenta sua produtividade, fortalece sua capacidade de inovação ou reduz desigualdades de forma consistente sem desenvolver seu principal patrimônio: as pessoas.

Os dados reforçam essa realidade. Segundo a Pnad Contínua, trabalhadores com ensino superior completo recebem, em média, R\$ 5.108 por mês, enquanto aqueles que concluíram apenas o ensino médio têm rendimento médio de R\$ 1.788. Mais do que uma diferença salarial, esses números mostram que investir em educação amplia a produtividade, fortalece a empregabilidade e gera riqueza para toda a sociedade.

Essa relação vai muito além da renda. Pessoas com maior escolaridade participam mais da população economicamente ativa, permanecem menos tempo desempregadas e ocupam, em média, postos de maior qualificação. Estudos do Ipea mostram, inclusive, que concluir o ensino superior aumenta os rendimentos em qualquer área de formação, mesmo quando o profissional atua em funções que não exigem diploma universitário. O conhecimento adquirido gera valor muito além da trajetória individual.

O Brasil avançou nessa agenda. Em 2000, apenas 6,8% da população com 25 anos ou mais possuía ensino superior completo. Em 2022, esse percentual chegou a 18,4%. Ainda assim, apenas 36% dos estudantes que concluem o ensino médio na rede pública ingressam no ensino superior.

Durante muito tempo, concentramos nossos esforços em ampliar esse acesso. Hoje sabemos que isso, sozinho, não basta. O verdadeiro desafio é garantir que os jovens consigam permanecer nos caminhos que conquistam.

Permanecer exige muito mais do que uma vaga. Exige condições para enfrentar dificuldades acadêmicas, financeiras e emocionais ao longo da trajetória. Estudos recentes mostram que ansiedade, depressão, sofrimento psicológico e a falta de pertencimento figuram entre os principais fatores associados à evasão no ensino

superior. No ensino médio, questões emocionais, desmotivação e a ausência de perspectivas também contribuem para o abandono escolar.

É essa compreensão que orienta o trabalho do Instituto CNP Brasil. Nossos programas atuam sobre diferentes dimensões desse desafio: fortalecem a permanência escolar e universitária, desenvolvem autonomia por meio da educação financeira e ampliam perspectivas pela cultura, pelo audiovisual, pela economia criativa e pelo empreendedorismo. Embora atuem em frentes distintas, todos partem da mesma convicção: quando um jovem encontra apoio para seguir em frente, desenvolver competências e construir um projeto de vida, os impactos ultrapassam sua história e alcançam famílias, comunidades e toda a sociedade.

Os resultados mostram que essa abordagem faz diferença. Nos últimos dois anos, 67,5% dos estudantes acompanhados pelo programa Meu Caminho conquistaram uma vaga no ensino superior — foram 80% na primeira turma e 55% na segunda. No Jovem de Expressão, projeto mais antigo do Instituto CNP Brasil, mais de 200 estudantes já conquistaram uma vaga no ensino superior por meio do Pré-Vest, desde a criação do curso. Mais do que aprovações, esses números representam jovens que permaneceram na escola, ampliaram seus horizontes e passaram a enxergar novas possibilidades para o próprio futuro.

São trajetórias que demonstram que, quando talento encontra apoio e condições para se desenvolver, o potencial se transforma em realidade. Costumamos dizer que os jovens são o futuro. Eu prefiro enxergá-los como protagonistas do presente. Cada jovem que conclui sua formação, fortalece sua autonomia e encontra espaço para desenvolver seu potencial já contribui para um Brasil mais produtivo, inovador e justo.